

ACM: Covas pensa que São Paulo é o Brasil

'Guerra fiscal não se acaba com governador, mas com um país homogêneo, que desenvolva todas as áreas'

Luís Henrique Amaral

• SÃO PAULO. O presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), atacou ontem o governador paulista Mário Covas (PSDB), que anunciou medidas para favorecer empresas paulistas na guerra fiscal.

— A posição dele é evidentemente errada. Não ajuda sequer São Paulo, que não ajuda o cumprimento das leis, que divide o Brasil— afirmou.

Para Antônio Carlos, as reclamações de Covas escondem a sua falta de êxito no Governo de um estado que, segundo o senador, "recebe mais de 70% das verbas do BNDES". Antônio Carlos disse que Covas confunde o fato de São Paulo ser o estado mais importante da Federação, o que não deixará de ser, com o fato de ser a única unidade da federação, o que não corresponde à realidade e é um crime contra o Brasil.

— É preciso que Covas esqueça os reverses injustos que tem tido e se posicione como um governador que tem visão do seu estado e do país.

As declarações foram dadas na primeira entrevista coletiva do senador desde o dia 22, quando foi internado num hospital paulista para tratar de uma pneumonia. Antônio Carlos, que foi autorizado pelo seu médico, Bernardino Tranchesi, a voltar para Brasília, disse que vai priorizar a votação da Lei de Responsabilidade Fiscal e defender um abrandamento da Lei da Mordada no Senado. Veja a seguir, os principais trechos da entrevista.



Sérgio Tomisaki

ACM: "SE FOR necessário, na hora certa se entrará na Justiça contra as medidas. A hora não chegou"

• **COVAS E A GUERRA FISCAL:** A posição dele é evidentemente errada. Uma posição que não ajuda sequer a São Paulo, que não ajuda o cumprimento das leis, que divide o Brasil. São Paulo jamais deixará de ser o mais poderoso estado do Brasil. Governar São Paulo é uma honra para qualquer cidadão. Mas fazer um governo em que São Paulo seja a única unidade da Federação passa a ser um crime contra o Brasil. E nem os paulistas não pensam assim. É preciso que o Covas esqueça os reverses injustos que ele tem tido e se posicione como um governador que tem visão do seu estado e do país. Se for necessário, na hora certa se entrará na Justiça contra as medidas. A hora não chegou. Mas ele que se prepare. Porque

não entra concedendo incentivos? São Paulo teve tantos incentivos do Brasil inteiro, e ele está ainda sem ver isso. O estado tem todos os recursos do BNDES, 70 e tantos por cento. Tem os maiores recursos do Banco do Brasil. E depois disso, achar que São Paulo está espoliado, é querer esconder falta de êxito. Guerra fiscal não se acaba com governador, mas com um país homogêneo, que possa dar desenvolvimento em todas as áreas, principalmente as mais carentes. Mas enquanto os estados pobres não tiverem os mecanismos para crescer economicamente, a guerra fiscal vai existir, queira Covas, queira ACM, queira Fernando Henrique, ou não.

• **LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL:** Farei um esforço enorme

para que seja votada porque ela é fundamental. Sou favorável à vigência da lei desde o dia que ela for publicada. Acho até melhor que essa lei seja aprovada num ano eleitoral, para evitar desmandos. Eleição se ganha com votos e não com favores.

• **LEI DA MORDAÇA:** Defendo um meio-termo. Acho que as autoridades não podem, sem estarem absolutamente seguras dos fatos, traduzirem para o público, através da imprensa, fatos que depois não se comprovem. Isso acontece todo dia e não pode mais acontecer. Mas não sou favorável que a imprensa não tenha acesso a interpretações. A imprensa pode especular, é sua atribuição. Mas a autoridade, procurador, juiz, não pode fazer julgamentos precipitados. ■

Os números do BNDES

• Os dados fornecidos pelo BNDES não coincidem com as informações do senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA). Segundo o banco, em 1999, os desembolsos para empreendimentos localizados em São Paulo ficaram em R\$ 6,38 bilhões ou 31,9% do total (R\$ 20 bilhões) emprestado pelo banco no ano passado. Em 1999, os projetos financia-

dos pelo BNDES no Sudeste consumiram R\$ 10,9 bilhões, pouco mais de 50% do orçamento total da instituição. Em 1998, o valor aplicado na região ficou em R\$ 11,9 bilhões. Já os projetos financiados pelo banco no Nordeste consumiram, em 1999, 8,2% (R\$ 1,65 bilhão) do total de recursos aplicados. Em 1998, foi emprestado R\$ 1,8 bilhão.